



Comunicado de Imprensa n.º 12/21
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
24 de Janeiro de 2012

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Declaração ao término da missão do FMI e das discussões da sexta avaliação do acordo SBA com Angola

Uma equipa do Fundo Monetário Internacional (FMI) chefiada pelo Sr. Mauro Mecagni visitou Luanda entre os dias 11 e 20 de Janeiro de 2012 para conduzir a sexta e última avaliação do Acordo Stand-By (SBA) do FMI com Angola. Aprovado pelo FMI em Novembro de 2009 (ver [Comunicado de Imprensa n.º 09/425](#)), o SBA tem a duração de 27 meses e prevê financiamento no montante de DSE 859 milhões (cerca de USD 1,4 mil milhões), dos quais já foram desembolsados DSE 773,01 milhões (cerca de USD 1,2 mil milhões). Durante a sua estada em Luanda, a missão reuniu-se com a Ministra do Planeamento, Sra. Ana Dias Lourenço; o Ministro das Finanças, Sr. Carlos Alberto Lopes; o Ministro da Economia, Sr. Abrahão Pio dos Santos Gourgel; o Governador do BNA, Sr. José Lima Massano; outras altas autoridades, membros da Assembleia Nacional e representantes das comunidades bancária, empresarial, diplomática e académica.

Ao término da missão, o Sr. Mecagni fez a seguinte declaração:

“A equipa do FMI manteve discussões bastante produtivas com as autoridades angolanas, focalizando o desempenho no âmbito do acordo SBA ao longo de 2011, as perspectivas económicas para 2012, o considerável saldo residual nas contas orçamentais de 2007–2010 e os respectivos desafios em matéria de política económica. A missão e as autoridades angolanas chegaram a um acordo técnico sobre as políticas que apoiariam a conclusão da avaliação do SBA. O acordo requer a aprovação da Direcção-Geral e do Conselho de Administração do FMI. Está prevista para o fim de Março de 2012 a discussão do acordo pelo Conselho. A conclusão da avaliação permitirá a Angola receber o último desembolso ao abrigo do SBA, no montante de DSE 85,9 milhões (cerca de USD 130 milhões).

A economia angolana continua a recuperar-se das crises orçamental e da balança de pagamentos ocorridas em 2009. Apesar de algumas dificuldades na produção de petróleo, estima-se que o PIB real tenha crescido 3,4 por cento em 2011 em virtude da forte expansão do sector não petrolífero, e com a inflação a recuar para 11,4 por cento no fim do ano. Beneficiada pela subida dos preços do petróleo, a conta corrente externa registou um

excedente de 7 por cento do PIB, enquanto as reservas externas alcançaram o equivalente a 5,3 meses de importações no final de 2011.

As autoridades mantiveram a orientação prudente da política macroeconómica em 2011. O saldo orçamental registou um excedente de 12,5 por cento do PIB, frente a 7 por cento em 2010. O défice primário não petrolífero foi contido em cerca de 44 por cento do PIB não petrolífero. A estabilidade do câmbio em termos gerais facilitou o alcance do objectivo de inflação das autoridades. Atrasos na transferência das receitas do petróleo para o Tesouro impuseram um ónus financeiro imprevisto ao orçamento até o fim de Setembro, mas o ritmo destas transferências acelerou no quarto trimestre; uma nova correcção no início de 2012 deve garantir que os níveis de financiamento orçamental sejam adequadamente contidos.

As perspectivas macroeconómicas para 2012 são favoráveis na generalidade; o início da exploração de novos campos de petróleo deve elevar a produção para mais de 1,8 milhão de barris por dia. Contudo, as perspectivas são altamente sensíveis à evolução dos preços mundiais do petróleo. A aplicação dos planos orçamentais do governo deve produzir um decréscimo significativo do défice não petrolífero e ajudar a baixar a inflação para um dígito. Dadas as excepcionais incertezas que continuam a pairar sobre a conjuntura mundial, as autoridades estão empenhadas em aumentar ainda mais as reservas externas para reforçar a protecção contra a volatilidade da receita do petróleo.

Medidas importantes foram tomadas para garantir que as receitas do petróleo sejam transferidas para o Tesouro de forma previsível e atempada. De destacar o decreto recente que determina a eliminação gradual das operações quase-fiscais da empresa petrolífera estatal em 2012, salvo as relacionadas aos subsídios aos combustíveis e ao serviço de algumas linhas de crédito externas. Para além disso, as autoridades estão a investigar o avultado saldo residual observado nas contas orçamentais no período 2007–2010 (cerca de USD 32 mil milhões — ver caixa na p. 10 do [Relatório do Corpo Técnico de 27 de Outubro de 2011 sobre a Quinta Avaliação do SBA](#),). Enquanto prossegue esta investigação, os dados preliminares indicam que as operações quase-fiscais realizadas pela estatal petrolífera em nome do governo, financiadas a partir das receitas petrolíferas mas não registadas nas contas orçamentais, podem explicar grande parte da discrepância. Uma análise mais profunda será realizada ainda este ano.

A equipa do FMI aproveita a oportunidade para agradecer às autoridades a inestimável colaboração prestada durante toda a missão.”